GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

13. PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos

TÉCNICO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL
Finanças Públicas, SIAFEM e SIAFÍSICO

INSTRUÇÕES

- VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 50 QUESTÕES OBJETIVAS.
- CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

FUNDAÇÃO vunesp
21.09.2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

01. Leia a charge.

(www.chargeonline.com.br)

Considerando o contexto e que há apenas 3 personagens na charge, o espaço da primeira frase deve ser preenchido, segundo a norma culta, com

(A) para livrá-lo!

(B) para lhe livrar!

(C) para livrar ele!

(D) para livrar-lhe!

(E) para livrar-lhes!

As questões de números **02** a **17** baseiam-se no texto.

Êxito da fiscalização

Os primeiros balanços da chamada lei seca demonstram com precisão a necessidade de impedir que álcool e volante se misturem.

A Polícia Militar Rodoviária de São Paulo registrou redução de 15,3% no número de acidentes com vítimas e de 8,8% na quantidade de mortes nas rodovias do Estado na comparação entre as estatísticas de 1.º a 20 de julho de 2008 – quando a lei seca já estava em vigor – e os dados do mesmo período de 2007.

Na capital paulista, o efeito foi ainda mais gritante. Estudo do Instituto Médico Legal mostrou queda de 63% no número de mortes em desastres automobilísticos quando se comparam as quintas, sextas, sábados e domingos das primeiras três semanas sob a nova lei com igual período do mês de junho.

O conceito por trás da lei seca é corretíssimo. Se a pessoa opta por beber, precisa renunciar momentaneamente a dirigir. Ninguém tem o direito de colocar em risco a vida de terceiros.

A nova norma, entretanto, peca por exageros e tem pelo menos uma grave falha técnica: há sólida jurisprudência atestando que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Assim, é bastante provável que o uso do bafômetro ou a coleta de sangue sejam *rechaçados* como meio de prova nos tribunais. Alguns motoristas que ingressaram com ações já obtiveram liminares isentando-os dos testes. A confirmar-se esse entendimento, a nova legislação será menos efetiva do que a anterior.

É o caso, portanto, de rapidamente corrigir o diploma, de modo a despi-lo de seus excessos – como a pena de detenção – e equívocos jurídicos. Mais importante, é fundamental não desmobilizar as operações policiais de fiscalização. Não é necessário muito mais do que bom senso para concluir que o êxito na redução de óbitos se deve muito mais ao surgimento de uma fiscalização sistemática do que aos novos rigores legislativos.

(*Folha de S.Paulo*, 23.07.2008. Adaptado)

Vocabulário:

– *jurisprudência*: interpretação que os tribunais dão à lei.
– *diploma*: lei.

02. As informações dos dois primeiros parágrafos do texto confirmam que

(A) é perigoso dirigir um veículo sem que haja ingestão de álcool.

(B) a direção de veículos é mais agradável quando se ingere álcool.

(C) não há problema de se misturar álcool e direção de veículos.

(D) o álcool é um perigo se estiver associado à direção de veículos.

(E) se deve dirigir um veículo sempre que se ingerir álcool.

03. Comparando os dados dos acidentes nas estradas com os dos acidentes na cidade de São Paulo, constata-se que os resultados da chamada lei seca

(A) tiveram um impacto bem maior nas rodovias.

(B) não foram significativos quanto à redução de acidentes.

(C) tiveram um impacto muito maior na cidade.

(D) ainda não permitem uma análise confiável.

(E) mostram que ela certamente é ineficaz.

04. De acordo com o texto, um risco quanto à aplicação da nova lei diz respeito ao fato de

(A) não ser obrigatório uma pessoa produzir prova contra si mesma.

(B) as pessoas se disporem, sem restrições, a realizar o teste do bafômetro.

(C) haver lei que obrigue a coleta de sangue para produzir prova.

(D) as pessoas não saberem que é obrigatório realizar o teste do bafômetro.

(E) as pessoas não entrarem com liminar após o teste do bafômetro.

05. De acordo com o ponto de vista do autor,

(A) a lei seca é fraca, pois não prevê a pena de detenção.

(B) a pena de detenção é um excesso da chamada lei seca.

(C) a lei seca deveria prever mais rigor na pena de detenção.

(D) a pena de detenção evitaria equívocos jurídicos.

(E) a lei seca é justa por contemplar a pena de detenção.

06. Considere as afirmações:

I. aplicação da lei sem que haja alterações em seu teor;
II. detenção dos motoristas que desobedecerem à chamada lei seca;
III. manutenção das operações policiais de fiscalização.

O ponto do vista do autor está expresso apenas em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) I e III.

Para responder às questões de números **07** a **09**, considere o trecho:

É o caso, portanto, de rapidamente corrigir o diploma, de modo a despi-lo de seus excessos – como a pena de detenção – e equívocos jurídicos.

07. As informações do trecho deixam evidente que a correção da chamada lei seca tem por objetivo

(A) torná-la mais agressiva, evitando excessos dos infratores.

(B) acrescentar regras, como a pena de detenção.

(C) pôr em prática a aplicação dos equívocos jurídicos.

(D) torná-la ágil, para garantir a aplicação da pena de detenção.

(E) retirar-lhe os equívocos jurídicos e o que for redundante.

08. De acordo com o trecho, é _____ que a chamada lei seca deve ser _____, ou seja, corrigida.

Os espaços da frase devem preenchidos, respectivamente, com

(A) fragrante ... ratificada

(B) flagrante ... retificada

(C) fragrante ... emendada

(D) flagrante ... ratificada

(E) fragrante ... retificada

09. No trecho, a conjunção *portanto* expressa sentido de

(A) tempo.

(B) adversidade.

(C) adição.

(D) conclusão.

(E) condição.

10. Em sua conclusão, o autor mostra que a redução de óbitos deve ser atribuída

(A) muito mais à fiscalização policial do que ao rigor da lei.

(B) a uma fiscalização policial bem menos ostensiva.

(C) à ineficácia das ações policiais de fiscalização.

(D) à rigorosa lei combinada à fraca fiscalização policial.

(E) à ausência absoluta de fiscalização policial.

11. No penúltimo parágrafo do texto, o termo *rechaçados*, significa

(A) considerados.

(B) aceitos.

(C) analisados.

(D) apresentados.

(E) rebatidos.

12. No primeiro parágrafo do texto, a expressão "com precisão" expressa sentido de _____ e pode ser substituída, sem alteração de sentido, por _____.

Completam os espaços da frase, respectivamente, os termos:

(A) afirmação ... preciosamente

(B) modo ... precisamente

(C) intensidade ... precipitadamente

(D) tempo ... precisamente

(E) afirmação ... precipitadamente

13. Considere a frase: *Se a pessoa opta por beber, precisa renunciar momentaneamente a dirigir.*

A forma verbal "precisa" mantém-se inalterada se "opta" for substituída por

(A) optou.

(B) optava.

(C) optara.

(D) optasse.

(E) optaria.

14. Em – *Estudo do Instituto Médico Legal mostrou queda de 63%...* – o antônimo da palavra *queda* é

(A) baixa.

(B) continuidade.

(C) aumento.

(D) proporção.

(E) tendência.

15. Assinale a alternativa em que a frase está corretamente pontuada.

(A) O efeito, na capital paulista foi ainda mais gritante.

(B) O efeito na capital paulista, foi ainda mais gritante.

(C) O efeito, foi na capital paulista, ainda mais gritante.

(D) O efeito, na capital paulista, foi ainda mais gritante.

(E) O efeito foi, na capital paulista ainda mais gritante.

16. Considere as frases.

I. Se as pessoas optam por beber, precisa renunciar momentaneamente a dirigir.

II. As pessoas não têm o direito de colocar em risco a vida de terceiros.

III. As pessoas não são obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Quanto à concordância, está correto apenas o contido em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e II.

(E) I e III.

17. Assinale a alternativa em que a preposição "de" expressa sentido de tempo.

(A) ... a necessidade de impedir que álcool e volante se misturem.

(B) A Polícia Militar Rodoviária de São Paulo registrou redução de 15,3%...

(C) ... no número de acidentes com vítimas...

(D) ... com igual período do mês de junho.

(E) ... o uso do bafômetro ou a coleta de sangue sejam rechaçados...

18. Assinale a alternativa correta quanto à regência verbal.

(A) Há pessoas que preferem beber mais do que dirigir.

(B) Há pessoas que preferem mais beber do que dirigir.

(C) Há pessoas que preferem beber que dirigir.

(D) Há pessoas que preferem mais beber a que dirigir.

(E) Há pessoas que preferem beber a dirigir.

19. Assinale a frase correta quanto ao emprego do acento indicativo da crase.

(A) A Polícia divulgou à redução de 15,3% no número de acidentes com vítimas.

(B) Analisando os dados de quinta à domingo, constatou-se queda no número de mortes.

(C) Optando por beber, uma pessoa deve renunciar à direção do veículo.

(D) A lei seca entrou em vigor à partir de junho de 2008.

(E) A lei seca vai ser aplicada à motoristas alcoolizados.

20. Considere as informações:

- PM _____ 266 em blitz da Lei Seca, multa 15 e prende dois.

(www.estadao.com.br/cidades/not_cid201061,0.htm)

- Nesta terça-feira, integrantes das polícias Civil, Militar e Técnico-Científica estiveram reunidos com advogados, promotores de justiça e _____ para decidir ajustes nos procedimentos administrativos referentes à lei federal 11.705, que trata da _____ no trânsito.

(www.oglobo.globo.com/sp/transito/mat, 01.07.2008)

Os espaços das frases devem ser preenchidos, respectivamente, com

(A) pára ... juízes ... embriaguêz

(B) para ... juizes ... embriaguêz

(C) pára ... juizes ... embriaguêz

(D) para ... juízes ... embriaguez

(E) pára ... juízes ... embriaguez

Administração Pública

21. O dever administrativo de manter plena transparência em seus atos resulta no princípio da

(A) razoabilidade.

(B) publicidade.

(C) proporcionalidade.

(D) supremacia do interesse público.

(E) finalidade.

22. A disposição da Constituição Federal segundo a qual: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" implica o princípio da

(A) legalidade.

(B) razoabilidade.

(C) supremacia do interesse público.

(D) obrigatoriedade do serviço público.

(E) moralidade administrativa.

23. Os mesmos fundamentos do princípio da legalidade se radicam ao princípio da

(A) proporcionalidade.

(B) moralidade.

(C) impessoalidade.

(D) finalidade.

(E) publicidade.

24. O ato administrativo quando está disponível para a produção de seus efeitos próprios é

(A) perfeito.

(B) válido.

(C) vigente.

(D) justo.

(E) eficaz.

25. O revestimento exterior do ato administrativo chama-se

(A) conteúdo.

(B) objeto.

(C) forma.

(D) motivo.

(E) possibilidade.

26. É atributo do ato administrativo:

(A) imperatividade.

(B) formalidade.

(C) finalidade.

(D) validade.

(E) eficácia.

27. A manifestação opinativa de um órgão consultivo expendendo sua apreciação técnica sobre o que lhe é submetido é chamado de

(A) ofício.

(B) parecer.

(C) portaria.

(D) resolução.

(E) instrução.

28. A extinção de um ato administrativo ou de seus efeitos por outro ato administrativo, efetuada por razões de conveniência e oportunidade, respeitando-se os efeitos precedentes é feita por

(A) cassação.

(B) contraposição.

(C) invalidação.

(D) revogação.

(E) caducidade.

29. O processo administrativo inicia-se pela fase

(A) instrutória.

(B) probatória.

(C) propulsória.

(D) dispositiva.

(E) de comunicação.

30. O Princípio de acordo com o qual a Administração, em todo o transcurso do processo administrativo, está adstrita a agir de forma lhana, sincera corresponde a

(A) verdade material.

(B) ampla instrução probatória.

(C) oficialidade.

(D) revisibilidade.

(E) lealdade e boa-fé.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Acerca da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, conforme disciplinado pela Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano diretor.

(B) admite-se a aquisição de imóveis públicos por usucapião.

(C) a propriedade produtiva é insusceptível de desapropriação para fins de reforma agrária.

(D) são sujeitas ao pagamento de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

(E) os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de cinco anos.

32. Nos termos da Lei nº. 4.320/64, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Referido ato corresponde a definição de

(A) restos a pagar.

(B) transferência corrente.

(C) liquidação.

(D) empenho.

(E) operação de crédito.

33. Sobre a receita pública, segundo a disciplina que lhe é conferida pela Lei Geral do Orçamento, é correto afirmar que

(A) seu recolhimento é feito mediante estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.

(B) no recolhimento de todas as receitas são permitidas fragmentações quando destinadas à criação de caixas especiais.

(C) os impostos diretos com vencimento determinado em lei não são objeto de lançamento.

(D) os agentes da arrecadação são dispensados de fornecer recibos das importâncias arrecadadas.

(E) são classificadas como receitas orçamentárias, observadas as ressalvas legais, todas as receitas arrecadadas, exceto as provenientes de operações de crédito, ainda que previstas no Orçamento.

34. Assinale a alternativa que corretamente traduz uma afirmação acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(A) Compreende os orçamentos de investimento e de seguridade social.

(B) Compreende os orçamentos fiscal e de investimentos.

(C) Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração federal para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

(D) Orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

(E) Não poderá, dentre suas disposições, estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

35. De acordo com a legislação atinente à matéria, os gastos decorrentes de pagamento de despesa que tenha de ser efetuada em lugar distante da repartição pagadora poderão ser realizados pelo regime de

(A) transferência.

(B) migração.

(C) adiantamento.

(D) apuração extraordinária.

(E) apuração especial.

36. De acordo com o que dispõe a lei relativa aos sistemas de controle interno da gestão orçamentária do Estado de São Paulo, nenhum pagamento de despesa orçamentária poderá ser processado sem a comprovação da prévia escrituração da despesa pelos órgãos

(A) administrativos.

(B) políticos.

(C) legislativos.

(D) contábeis.

(E) fazendários.

37. Nos termos do Decreto-lei n.º 233/70, a distribuição das dotações das Unidades Orçamentárias para as Unidades de Despesa será efetuada por meio de Resolução

(A) dos Secretários de Estado.

(B) da Assembléia Legislativa.

(C) do Governador do Estado.

(D) dos Prefeitos dos respectivos Municípios.

(E) das subprefeituras dos respectivos Municípios.

38. A licitação, que deve ser processada em estrita observância aos princípios básicos estabelecidos pela Lei 8.666/93, destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e a garantir a observância do princípio constitucional da

(A) Anterioridade.

(B) Anualidade.

(C) Eficiência.

(D) Isonomia.

(E) Quantificação.

39. A despesa havida com artigos farmacêuticos ou de laboratório, em quantidade restrita, para uso e consumo próximo ou imediato, nos termos da Lei Estadual nº. 10.320/68, considera-se, respeitado o duodécimo da respectiva dotação, como despesa

(A) extraordinária.

(B) especial.

(C) corriqueira.

(D) miúda.

(E) potencial.

40. De acordo com as disposições da Lei n.º 10.320/68 do Estado de São Paulo, as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, consideram-se

(A) pendentes.

(B) restos a pagar.

(C) operação de crédito.

(D) concessão de garantia.

(E) em fase de liquidação.

41. A Fundação Instituto de Terras de São Paulo – ITESP, conforme expressamente determinado pela Lei nº. 10.207/99, tem por objetivo, no âmbito do Estado, de planejar e executar as políticas

(A) fundiária e financeira.

(B) orçamentária e ambiental.

(C) orçamentária e fundiária.

(D) agrária e orçamentária.

(E) agrária e fundiária.

42. No ITESP, a aprovação e aceitação de legados e doações com encargo compete ao

(A) Diretor Executivo.

(B) Conselho Curador.

(C) Governador do Estado.

(D) Secretário do Patrimônio Mobiliário.

(E) Diretor do Patrimônio Imobiliário.

43. Assinale a alternativa que corretamente dispõe sobre uma das atribuições dos Órgãos Centrais, relativamente à Administração Orçamentária, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 233, de 28 de abril de 1970.

(A) Elaborar normas relativas à programação financeira anual, ou de períodos menores, do Tesouro Estadual.

(B) Coordenar a programação financeira apresentada pelo Poder Legislativo, inclusive Tribunal de Contas, e pelo Poder Judiciário.

(C) Elaborar normas para consolidação do programa financeiro do Tesouro Nacional.

(D) Orientar o treinamento de pessoal e dar assistência técnica aos Órgãos Setoriais e Subsetoriais, dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado, em todas as fases do processo de planejamento-orçamento.

(E) Fornecer recursos financeiros aos Órgãos Setoriais e Subsetoriais e aos órgãos incumbidos de efetuar o pagamento de vencimentos dos servidores, além de processar as despesas mantidas centralizadas e, de igual modo, realizar seu pagamento.

44. Dispõe a Constituição Estadual, no tocante à política agrícola, agrária e fundiária, que o Estado de São Paulo compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do

(A) Programa Nacional de Reforma Agrária.

(B) Programa de Repressão aos Latifúndios Improdutivos.

(C) Programa de Assentamento Urbano.

(D) Programa de Redistribuição Estadual de Terras.

(E) Programa de Assentamento Estadual.

45. A matéria relativa às "Finanças Públicas", de acordo com a sistemática constitucional, é de ser disciplinada por

(A) decreto do Poder Executivo.

(B) lei ordinária.

(C) lei complementar.

(D) medida provisória, observados os requisitos atinentes à relevância e urgência.

(E) decreto Legislativo.

46. Na hipótese de desapropriação pela União, por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, prevê a Constituição Federal, no seu art. 184, § 1º, que serão indenizadas em dinheiro somente as benfeitorias

(A) necessárias.

(B) úteis.

(C) recentes.

(D) necessárias e as úteis.

(E) necessárias e as recentes.

47. Prevê o art. 191, da Constituição Federal, que aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, desde que a área não seja superior a

(A) 05 hectares.

(B) 10 hectares.

(C) 20 hectares.

(D) 25 hectares.

(E) 50 hectares.

48. Dispõe o art. 184, do Capítulo III (Da Política Agrícola, Agrária e Fundiária), do Título VI (Da Ordem Econômica), da Constituição do Estado de São Paulo, dentre os seus incisos, que caberá ao Estado, com a cooperação dos Municípios:

I. orientar o desenvolvimento rural, mediante zoneamento agrícola inclusive;

II. manter um sistema de defesa sanitária animal e vegetal;

III. criar sistema de inspeção e fiscalização de insumos agropecuários;

IV. manter e incentivar a pesquisa agropecuária.

Estão corretos os itens:

(A) I, II, III e IV.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

49. A Constituição do Estado de São Paulo estabelece em seu art. 184, § 2.º, que o Estado, mediante lei, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural, com objetivo de propor diretrizes à sua política agrícola, garantida a participação de

I. representantes da comunidade agrícola, tecnológica e agronômica;

II. organismos governamentais;

III. setores empresariais e de trabalhadores;

IV. institutos de pesquisa.

Estão corretos os itens:

(A) I, II, III e IV.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

50. O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP, de acordo com o art. 16, § 1.º, da Lei n.º 10.207/99, será nomeado pelo Governador, entre os membros de uma lista tríplice encaminhada pelo Conselho Curador, composta por pessoas de reputação ilibada e de notório conhecimento nas áreas de política agrária e de regularização fundiária, para um mandato

(A) de 01 ano.

(B) de 02 anos.

(C) de 03 anos.

(D) de 05 anos.

(E) por prazo indeterminado.